



Guião do Utilizador da Ferramenta *LandAssess*



LandesaTM
Rural Development Institute



Department
for International
Development

Quadro de conteúdos

Quando e como uma empresa deve usar a Ferramenta <i>LandAssess</i> ?	4
Como utilizar a Ferramenta	5
Quem deve utilizar a Ferramenta <i>LandAssess</i> ?	6
Características da lista de verificação	7
Perguntas	8
Ponto de situação.....	8
Comentários e documentação	9
Risco.....	10
Relatórios.....	11
Acções de seguimento.....	12
Capacidade – Quem vai realizar as actividades do plano de trabalho?.....	12
Cronograma/Roteiro	144

A Ferramenta *LandAssess* é uma estrutura de avaliação e gestão de riscos. Ela fornece um conjunto claro e simples de listas de verificação que geram um relatório para ajudar as empresas a avaliar e gerir como elas respeitam os direitos de uso e aproveitamento da terra. Essa ferramenta responde à lacuna existente entre os compromissos das empresas em reconhecer os direitos de uso e aproveitamento da terra e sua capacidade de dar vida a esse compromisso em suas operações.

Nos últimos anos, várias empresas assumiram compromissos para melhor reconhecer e respeitar os direitos de uso e aproveitamento da terra em todas as suas cadeias de fornecimento. Embora fazer tais compromissos seja um primeiro passo crítico para obter investimentos mais responsáveis, muitas empresas lutam para implementar esses compromissos de forma prática – desde a questão de não entender que perguntas fazer para medir a conformidade com as melhores práticas até à questão de não saber que suporte interno e externo é necessário para garantir que a empresa tenha capacidade para cumprir com os seus compromissos.

A Ferramenta *LandAssess* foi concebida para ajudar a construir essa capacidade, fornecendo um sistema claro e simples para as empresas rastrearem e gerirem suas acções em direção a um melhor reconhecimento e respeito pelos direitos fundiários dos pequenos agricultores e comunidades. Com financiamento do Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido, a Landesa criou a Ferramenta *LandAssess* baseada na Estrutura Analítica da Nova Aliança para Segurança Alimentar e Nutrição para Investimentos em terra na Agricultura Africana. A Ferramenta expande o alcance do Quadro Analítico e aplica-se a operações novas e existentes, bem como a uma série de modelos de negócios (por exemplo, propriedades rurais de grande escala, esquemas de fomento agrícola). A Landesa trabalhou em estreita colaboração com a *Illovo Sugar Africa* para testar a ferramenta durante as operações da *Illovo* no Malawi, em Moçambique e na Tanzânia, e ajustou a ferramenta com base em informações do pessoal da empresa, organizações da sociedade civil local e profissionais especializados.

Quando e como uma empresa deve usar a Ferramenta *LandAssess*?

A Ferramenta *LandAssess* ajudará as empresas a realizar due diligence e monitoramento de direitos sobre a terra para apoiar o cumprimento dos princípios de investimento responsável em terra. A Ferramenta deve ser implementada em vários momentos para apoiar o progresso de uma empresa no sentido de melhorar o seu reconhecimento e respeito pelos direitos fundiários dos pequenos agricultores e comunidades.

Primeiro, a Ferramenta deve ser administrada como uma avaliação de linha de base para ajudar uma empresa a entender com mais clareza as questões relacionadas com os direitos de uso e aproveitamento da terra, desenvolver e integrar um plano para abordar tais questões por meio das suas políticas e processos. Como muitas empresas adoptam políticas fundiárias depois de anos ou mesmo décadas, essa avaliação abrangerá as propriedades existentes, as cadeias de suprimento e as aquisições de terras anteriores, bem como quaisquer possíveis aquisições de terras ou expansões da cadeia de suprimentos.

Essa primeira avaliação e o relatório daí resultante fornecerão a estrutura para a integração de processos e acções apropriadas nos planos de gestão e nas operações diárias da empresa.

A Ferramenta deve ser readministrada periodicamente para garantir que esses processos funcionem bem e sejam implementados de forma eficaz.

Finalmente, a Ferramenta *LandAssess* deve ser implementada de novo antes de qualquer expansão da cadeia de suprimentos ou obtenção de novos títulos de direito de uso e aproveitamento de terra (DUAT), proposta ou mudança significativa no uso da actual parcela de terra.

Como utilizar a Ferramenta

A capacitação deve ser uma parte fundamental dos esforços da empresa para conseguir investimentos mais responsáveis em ocupação de terra. A maioria das empresas que assumiram compromissos de direitos de uso e aproveitamento de terra têm pouca ou nenhuma experiência na implementação de políticas relacionadas à ocupação de terra ou em lidar de forma sistemática com questões fundiárias em suas cadeias de fornecimento. Consequentemente, a liderança e a equipa da empresa tendem a não ter um forte entendimento do motivo pelo qual tais políticas são importantes ou das implicações de cumprir tais políticas.

Para resolver essa lacuna na capacidade relacionada com a ocupação de terra, as empresas devem primeiro familiarizar a sua liderança e equipa de trabalho com os padrões internacionais existentes e as melhores práticas para investimento responsável em terra e os possíveis impactos negativos que essas políticas procuram evitar ou mitigar.

Esse treinamento garantirá que a equipa compreende o objectivo e a importância das políticas fundiárias e a relevância das actividades necessárias para implementá-las (por exemplo, avaliações de impacto, envolvimento e consultas à comunidade, etc.). Ao saber quais actividades são necessárias para a implementação, as empresas também poderão identificar quais conjuntos de habilidades são necessárias para concluir essas actividades, bem como quem é mais adequado para executar tais actividades. Isso pode variar de funcionários da empresa a partes interessadas externas (por exemplo, OSCs, governo, profissionais de diferentes áreas, etc.).

Quem deve utilizar a Ferramenta *LandAssess*?

Embora a responsabilidade pela manutenção dos compromissos de ocupação de terra por parte de uma empresa seja da liderança sénior, e as actividades e políticas possam afectar a equipa de trabalho em todos os departamentos, a responsabilidade directa pela implementação da Ferramenta *LandAssess* deve ser claramente delegada a um único indivíduo ou equipa. Cada empresa é única em sua estrutura de gestão, mandatos e capacidades departamentais e acordos de pessoal; conseqüentemente, cada empresa pode situar a terra e a Ferramenta *LandAssess* de forma diferente. Os principais factores que uma empresa deve usar para orientar essa decisão incluem:

Acesso à informação: O implementador da Ferramenta *LandAssess* precisa de acesso a uma ampla gama de informações sobre as propriedades da empresa, questões legais (incluindo contratos de produção, contratos de arrendamento, disputas legais e outras questões), processos de produção e políticas de recursos humanos, para citar apenas alguns. A implementação bem sucedida e atempada da Ferramenta *LandAssess* irá, portanto, requerer acesso suficiente a toda a informação da empresa.

Autoridade de gestão e tomada de decisão: O implementador da Ferramenta deve possuir autoridade suficiente para fazer recomendações para as acções necessárias e respostas estratégicas para assegurar que a Ferramenta e os relatórios dela resultantes são integrados nos processos e procedimentos da empresa.

As principais competências essenciais para o implementador ou a equipa de implementação incluem conformidade legal e de políticas, processos de reclamações, relações com a comunidade e processos de gestão. Devido à variedade de competências, uma empresa provavelmente deve designar mais de um indivíduo para ser responsável pela implementação.

Estabelecer e agilizar processos internos, reunir dados e construir capacidade para que a equipe da empresa possa implementar efectivamente a Ferramenta são etapas importantes. Mas nenhuma empresa que trabalhe sozinha pode abordar todas as questões relevantes da ocupação de terra em torno de um investimento: para ser bem-sucedida, uma empresa deve envolver-se de forma sistemática e consistente com as comunidades, as partes interessadas do governo e a sociedade civil. É imperativo entender o engajamento e a comunicação como um elemento necessário para fazer negócios e incorporar estratégias e processos em seus sistemas de acordo.



Características da lista de verificação

A Ferramenta *LandAssess* é composta por uma série de listas de verificação que podem ser usadas para medir se as operações de uma empresa estão alinhadas com os principais elementos dos investimentos responsáveis na ocupação de terra. Esses elementos-chave vão desde consultoria e engajamento com comunidades impactadas por operações até garantir que uma empresa assuma contratos justos e equitativos para obter ou usar a terra.

Navegação: São providenciadas listas de verificação separadas dependendo da situação: se a empresa está a avaliar a **sua própria propriedade** (por exemplo, uma plantação de larga escala detida por si ou apenas por si explorada) ou **acordos de fomento agrícola** (por exemplo, parcelas de terras cujos direitos de uso e aproveitamento são directamente detidos pela empresa, ou parcelas de terras arrendadas por fornecedores da empresa). A lista de verificação para o terreno da propriedade está localizada na segunda aba; a lista de verificação para terrenos de fomento está localizada na quarta aba. Instruções detalhadas para as listas de verificação de heranças e cultivadores estão disponíveis nas abas um e três, respectivamente.



PERGUNTAS

A primeira coluna de cada lista de verificação inclui perguntas a que uma empresa deve responder para avaliar se ela executou acções específicas que demonstram conformidade com os principais elementos dos investimentos responsáveis no uso e aproveitamento de terra. Tais questões incluem, por exemplo, se a empresa adoptou uma política de ocupação de terra ou se forneceu uma compensação adequada àquelas pessoas ou entidades cujas terras lhe foram cedidas.



PONTO DE SITUAÇÃO

Em vez de simplesmente responder “sim” ou “não” a cada pergunta, na segunda coluna intitulada “ponto de situação”, o usuário deve indicar a quantidade de progresso que fez seleccionando uma das cinco opções definidas abaixo. O usuário notará que não há uma opção de 100%. Essa omissão foi intencional porque os esforços de uma empresa para investir com responsabilidade na ocupação da terra são dinâmicos e contínuos. Portanto, o cumprimento dos principais elementos do investimento responsável na ocupação da terra nunca deve ser considerado um exercício único. Em vez disso, uma empresa deve avaliar seu desempenho regularmente - idealmente numa base anual - para garantir que o progresso esteja a ser feito.

- **< 25%** - este ‘ponto de situação’ indica que a empresa fez pouco ou nenhum progresso na respectiva categoria. Por exemplo, para a questão que pergunta se a empresa realizou uma avaliação de impacto ambiental e social (AIAS), a empresa respondeu que não conduziu essa avaliação.
- **26 – 50%** - este ‘ponto de situação’ indica que a empresa fez um progresso marginal na referida categoria. Por exemplo, para a questão que interroga se a empresa conduziu uma AIAS, ela respondeu que não conduziu tal avaliação, mas tem planos concretos de realizar uma no curto prazo.

- **51 – 75%** -este ‘ponto de situação’ indica que a empresa fez um progresso considerável na categoria indicada. Por exemplo, para a pergunta sobre se a empresa conduziu uma AIAS, a empresa identifica que concluiu uma AIAS; no entanto, a avaliação não abrangeu os impactos sociais.
- **76 – 99%** – este ‘ponto de situação’ indica que a empresa fez progressos substanciais ou está perto do alcance dos seus objectivos na categoria em causa. Por exemplo, para a pergunta sobre se a empresa conduziu uma AIAS, a empresa identifica que completou a AIAS. Deve-se notar, no entanto, que esta classificação não significa que acções futuras nesta categoria não venham a ser necessárias. Por exemplo, as AIAS podem ser garantidas no futuro se os direitos de uso e aproveitamento de terra da empresa mudarem.
- **N/A** – este ‘ponto de situação’ deve ser usado com parcimônia e somente se uma categoria não for claramente aplicável às operações de uma empresa. Por exemplo, para a pergunta sobre se as leis e políticas domésticas que regem os esquemas de fomento agrícola existem no país onde a empresa opera, é possível marcar o ‘ponto de situação’ “N/A” se tais leis não existirem. Essa opção de ‘ponto de situação’ só deve ser usada se uma categoria claramente não se aplicar ao contexto no qual a empresa está operando. Esta opção não deve ser usada para evitar responder a certas categorias de perguntas.



COMENTÁRIOS E DOCUMENTAÇÃO

Na terceira coluna, os usuários têm a opção de fornecer comentários e documentação para explicar e apoiar o ‘ponto de situação’ seleccionado na segunda coluna. Isso dá ao usuário a oportunidade de explicar por que a empresa não fez progressos consideráveis ou substanciais em uma categoria para orientar os esforços da empresa para resolver melhor um problema a longo prazo. Por exemplo, pode ser que as políticas de direitos de terra de uma empresa não abordem a importância dos direitos à terra das mulheres; no entanto, a empresa poderia estar no processo de consultar um especialista em género para incluir esse conteúdo. Nesse caso, a empresa incluiria uma explicação detalhando

os planos para incluir tal conteúdo e uma nota para acompanhar e atualizar a Ferramenta *LandAssess* quando a categoria estiver completa.

A Ferramenta também permite que os usuários incluam *links* para documentação para suportar o progresso feito em uma categoria. Por exemplo, se uma empresa indicar que tem uma política de direitos de uso da terra e pessoal com capacidade para implementar a política, o usuário pode fornecer *links* para documentos ou outras fontes detalhando a política de direitos de uso da terra e quem é responsável por desempenhar suas funções. Ao incluir *links* para documentação e outras fontes, a Ferramenta *LandAssess* serve como um repositório único de informações para apoiar ou explicar o progresso de uma empresa até o momento. A Ferramenta *LandAssess* pode então ser compartilhada com a equipe internamente para garantir que o pessoal-chave seja informado sobre o progresso feito. A Ferramenta também pode ser compartilhada externamente com as principais partes interessadas para demonstrar que a empresa está trabalhando para cumprir seus compromissos com os direitos de uso da terra.



RISCO

Na quarta coluna, solicita-se aos usuários a atribuir um nível de risco de 1 a 3, com 1 significando baixo risco, 2 significando risco médio e 3 significando alto risco. Embora o tipo de risco possa variar por categoria, entende-se por risco o seguinte:

- Risco para a reputação da empresa e licença social para operar;
- Risco de interrupção, resultando em aumento do custo operacional ou atrasos;
- Risco de danos para mulheres e homens agricultores e comunidades de posse da terra segurança;
- Risco de impactos sociais, ambientais e económicos adversos em mulheres e homens agricultores e membros da comunidade;

- Risco de excluir as perspectivas de mulheres e homens agricultores e membros da comunidade;
- Risco de conflito entre a empresa, os agricultores e os membros da comunidade;
- Risco de qualquer outro dano para a empresa, agricultores ou comunidades afectadas pelas operações;

É possível que o ‘ponto de situação’ de cada categoria esteja correlacionado com o risco atribuído. Por exemplo, fazer progresso mínimo ou nenhum em uma determinada categoria pode representar um risco de que essa área de não conformidade cause problemas no futuro. No entanto, ‘ponto de situação’ e risco não necessariamente se correlacionarão. Por exemplo, uma empresa poderia fazer progressos significativos no mapeamento de áreas de invasão passadas, actuais e emergentes. No entanto, a questão da invasão de terras ainda pode ser predominante e contínua. Portanto, o usuário desejaria atribuir um nível mais alto de risco para reflectir o facto de que a categoria ainda representa um risco para a empresa, os agricultores e as comunidades e, portanto, deve ser priorizada.



Relatórios

Enquanto as listas de verificação ajudam a empresa a determinar onde estão em relação aos seus compromissos, a secção de relatórios da Ferramenta *LandAssess* suporta planeamento de curto e médio prazo, destacando e priorizando áreas para melhoria e dando espaço para a empresa planear as próximas etapas.

Após a conclusão de cada lista de verificação, um relatório será gerado automaticamente na próxima aba para todas as categorias atribuídas com um ‘ponto de situação’ de conclusão de <51% ou qualquer categoria atribuída com um risco de 2 (médio) ou 3 (alto). Esses parâmetros foram definidos em um esforço para ajudar as empresas a priorizar áreas onde fizeram progresso moderado, mínimo ou nenhum progresso, bem como áreas que representam risco elevado para empresas, agricultores e comunidades.

As colunas de um a quatro serão preenchidas automaticamente e com o *item* da lista de verificação, a secção (título da lista de verificação principal), o ‘ponto de situação’ e o risco. Dessa forma, o usuário será lembrado de qual ‘ponto de situação’ e risco eles atribuíram ao item da lista de verificação, limitando assim a necessidade de fazer referência à lista de verificação.

→ ACÇÕES DE SEGUIMENTO

Na quinta coluna intitulada “acções de acompanhamento”, solicita-se aos usuários a detalhar as acções de acompanhamento que a empresa tomará para avançar no preenchimento do item da lista de verificação e mitigar o risco. O detalhamento das acções de acompanhamento é fundamental para garantir que a administração e a equipa-chave não estejam cientes apenas das áreas de risco e não-conformidade com os principais elementos do investimento responsávelna ocupação de terra, mas também que estejam tomando medidas concretas para garantir sua conformidade, mitigar esse risco no futuro.

Por exemplo, se o relatório incluir um item de lista de verificação indicando que a empresa não fez progresso considerável ou significativo nas consultas das comunitárias afectadas por suas operações, a empresa pode detalhar as acções de acompanhamento para aumentar e melhorar as consultas com essas comunidades. Essas acções podem incluir, por exemplo, o desenvolvimento de uma estratégia de consulta e engajamento que inclua a realização de reuniões mensais com líderes e membros da comunidade para entender melhor como as operações afectam as comunidades e se há disputas de terra não identificadas entre a empresa e as comunidades.



CAPACIDADE – QUEM VAI REALIZAR AS ACTIVIDADES DO PLANO DE TRABALHO?

Na sexta coluna, intitulada “capacidade”, os usuários indicarão que actores internos e externos serão responsáveis por realizar as acções de acompanhamento detalhadas na

quinta coluna. Ao experimentar a Ferramenta *LandAssess*, levantou-se a questão de que, mesmo que as empresas estejam cientes das questões fundiárias e das acções a serem tomadas para resolvê-las, elas frequentemente não identificam quem será responsável pela execução de tais acções. Consequentemente, solicita-se aos usuários a detalhar quais actores internos e externos (por exemplo, OSCs, profissionais especialistas, governo, etc.) serão responsáveis pela execução das acções.

É importante notar que, embora a Ferramenta *LandAssess* tenha como objectivo ajudar as empresas a implementar seus compromissos para melhor reconhecer e respeitar os direitos de uso e aproveitamento da terra, é improvável que qualquer empresa possua a gama de habilidades e conhecimentos necessários para lidar com cada situação que possa surgir. Em vez disso, eles provavelmente precisarão contar com parcerias estratégicas com as principais partes interessadas para preencher as lacunas de capacidade. Por exemplo, uma empresa pode identificar limites pouco claros como uma causa contribuinte, levando a problemas de invasão da sua propriedade por membros da comunidade que não conseguem identificar onde os limites estão localizados.

Para resolver o problema, a empresa poderia solicitar a um inspetor de terra interno que refizesse o limite e identificasse áreas de invasão, ao mesmo tempo em que contratava uma terceira entidade, como uma OSC ou um especialista, para consultar as comunidades que vivem ao longo do limite. Os limites precisam ser esclarecidos e refazidos. Da mesma forma, se a empresa precisar conduzir uma AIAS para entender como suas operações em expansão terão impacto sobre os direitos de uso e aproveitamento da terra e meios de subsistência da comunidade, talvez seja necessário contratar um especialista externo para fornecer suporte suplementar sobre como medir e mitigar tais impactos.

CRONOGRAMA/ROTEIRO

Na sétima coluna, intitulada “cronograma”, as empresas são instruídas a detalhar os cronogramas realistas para a conclusão dos planos de acção incluídos na coluna “acção de seguimento”. Tais cronogramas devem ser usados para responsabilizar os actores internos e externos pela conclusão das acções de acompanhamento em tempo hábil. Tais cronogramas devem ser revisitados assim que a empresa começar a executar as acções de acompanhamento para garantir que sejam realistas. Ao incluir cronogramas para completar as acções de acompanhamento, a ferramenta *LandAssess* também pode ser usada para fornecer actualizações para as partes externas sobre quando esperar que a empresa avance na implementação de seus compromissos para melhor reconhecer e respeitar os direitos de uso e aproveitamento de terra.